

# Oposição a Collor repete Constituinte

38 Logo que terminar o recesso do Poder Legislativo, em 15 de fevereiro, a oposição ao governo Collor deverá reativar o bloco progressista que atuou unido nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte contra os parlamentares que defendiam os interesses dos conservadores e se denominavam "Centrão". A expectativa é de que o PT e o PDT consigam o apoio de uma boa parcela do PSDB e do novo PMDB. Para isso, a atuação de cada parlamentar na Constituinte será comparada com o seu comportamento perante as propostas do governo Collor.

Este bloco parlamentar de oposição deverá atuar de maneira informal, uma vez que o regimento interno da Câmara dos Deputados não admite sua formalização, segundo o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF). As conversas nesse sentido já começaram, mas ainda em caráter preliminar. Os oposicionistas acreditam que haverá tempo suficiente para a organização do bloco parlamentar contra o governo Collor; do reinício dos trabalhos do Poder Legislativo até a posse do presidente eleito — serão 15 dias de muita discussão.

A formação do bloco parlamentar, na avaliação de Sigmaringa Seixas, facilitará a formação das frentes de esquerda nas eleições nos estados. Ele acredita que apenas uma parcela do PSDB integrará a oposição a Collor. "Mas será maior do que se está avaliando. Cerca de 85% dos nossos parlamentares não têm condições de dar apoio a Collor", disse.

Na opinião de Sigmaringa, será fácil organizar a oposição porque "se está criando uma perspectiva muito otimista em relação aos primeiros meses de governo Collor. No entanto, ele não conseguirá debelar a inflação sem medidas impopulares, o que em um ano eleitoral provoca consequências políticas consideráveis para quem quer se reeleger". Além disso, segundo Sigmaringa, durante sua viagem ao exterior, "Collor não apresentou rigorosamente nada de importante".

Sigmaringa, acredita que até mesmo alguns dos parlamentares que integraram o "Centrão" poderão se juntar em determinadas votações, ao bloco de oposição. "O bloco será formado por quem tem afinidades ideológicas, mas na questão do nacionalismo alguns setores conservadores se unirão a nós, como ocorreu durante os trabalhos da Constituinte", prevê Sigmaringa.

O líder do PDT na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa, afirma que o papel da oposição no Congresso Nacional será de uma "vigilância permanente". Segundo ele, não haverá nenhum problema para que os partidos que estiveram unidos no segundo turno das eleições presidenciais adotem uma posição "uníssona dentro do Congresso Nacional para cada um dos projetos que forem apresentados pelo governo Collor". Vivaldo explica que a oposição não deverá ser inconstante, devendo colocar a situação nacional em primeiro plano.

Para Vivaldo, o Congresso estará atento para frear as ações de Collor, que "até aqui tem assumido uma postura entreguista em seu comportamento político". Segundo ele, "o pensamento, a trajetória e os fundamentos de sua ação política são completamente contrários ao que defendemos durante a campanha eleitoral; mesmo assim, isso não impede que nós apoiemos uma proposta do futuro governo que tenha o objetivo de dobrar o poder aquisitivo do salário mínimo em menos de um mês".

O pedetista disse que um dos problemas da oposição será como se defender do "caretismo" de Col-

lor, referindo-se às demonstrações de karatê do presidente eleito e, segundo Vivaldo, a sua possível falta de equilíbrio emocional para resolver uma crise política. Segundo o líder, o PDT só irá admitir qualquer tipo de conversa com o governo dentro do Congresso Nacional.

## Sem líder

O deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), parlamentar bem próximo do ex-governador Leonel Brizola, garante que "o alinhamento da oposição será automático, sem nenhuma organicidade". Por isso, acredita que não haverá necessidade de se indicar um líder para falar pela oposição, porque cada um dos partidos continuará com a sua per-

sonalidade política. Ele também defende que não se deve conversar com Collor antes da apresentação de medidas concretas ou da posse do presidente eleito.

O PT através, do seu presidente, deputado Luís Gushiken, e do secretário-geral José Dirceu, também, já anunciou que adotará a postura do PDT quanto às negociações. Para ambos, isso não significa uma abertura na oposição que se pretende. "O parlamento não pode se recusar ao diálogo. O fato de debater uma medida no Congresso não significa que se está dando apoio", explicou Vivaldo Barbosa.